

Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais

ANDES-SN – ANFFA-Sindical – ASFOC-SN – ASMETRO-SN – ASSIBGE-SN
CNTSS – CONDSEF – CSP/CONLUTAS – C.T.B – CUT - FASUBRA – FENAJUFE
FENAPRF – FENASPS – PROIFES – SINAIT – SINAL - SINASEFE – SINDIFISCO-
Nacional – SINDIRECEITA – SINPECPF – SINTBACEN – UNACON-Sindical

Parlamentar, não use uma desculpa fiscal para forçar uma ampla contrarreforma de Estado, que com certeza trará prejuízos a sociedade.

NÃO AO PLP 257/16

Desde o final do mês de março, uma grande ameaça aos serviços públicos e ao enfraquecimento de direitos da classe trabalhadora está no Congresso Nacional na forma de um Projeto de Lei Complementar (PLP). O PLP 257/2016 tramita em regime de urgência constitucional com intuito central de repactuar e alongar dívidas dos estados com a União.

Se valendo de uma desculpa fiscal, o governo lançou, amarrado a este PLP, uma série de medidas que correspondem a uma contrarreforma de Estado. Mas o que o projeto propõe vai em direção contrária a direitos conquistados pela sociedade e a deveres do Estado. Além de tudo, ameaça uma importante conquista recente da classe trabalhadora, porque propõe interromper também a política de valorização do salário mínimo. Preocupa ainda o fato de o projeto prever alterações amplas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que, ao menos em tese, já garante plenas condições de controle e equilíbrio nas contas públicas. Por isso, é impossível permitir que para assegurar um equilíbrio fiscal, nossa sociedade ainda tão marcada por abismos sociais, tenha que abrir mão de direitos básicos.

As fragilidades do setor público estão expostas e transbordam na realidade. Em 1995 a população brasileira contava praticamente com o mesmo número de servidores ativos de que dispõe hoje, em 2016. A diferença é que há vinte anos éramos pouco mais de 158 milhões. Hoje somos mais de 204 milhões. Não é por acaso que a sociedade se vê obrigada a pagar, para além dos impostos que já lhe são cobrados, por serviços que o Estado deveria garantir. Por isso, pedimos apoio para garantir o arquivamento imediato desse PLP 257/2016.

Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais
SCS Quadra 2 Ed. São Paulo – Sala 517 – Telefone: (61) 3321-2224
Cep.: 70.317-900 – Brasília/DF

Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais

ANDES-SN – ANFFA-Sindical – ASFOC-SN – ASMETRO-SN – ASSIBGE-SN
CNTSS – CONDSEF – CSP/CONLUTAS – C.T.B – CUT - FASUBRA – FENAJUFE
FENAPRF – FENASPS – PROIFES – SINAIT – SINAL - SINASEFE – SINDIFISCO-
Nacional – SINDIRECEITA – SINPECPF – SINTBACEN – UNACON-Sindical

Principais riscos que o PLP 257/16 prevê:

- 1) Reforma do regime jurídico de todos servidores públicos; ativos e inativos;
- 2) Suspensão dos concursos públicos;
- 3) Congelamento de salários dos servidores públicos;
- 4) Risco de não cumprimento da aplicação do reajuste percentual de 5% em 2016 e 2017;
- 5) Interrupção da política de valorização dos trabalhadores e trabalhadoras, com congelamento do salário-mínimo;
- 6) Suspensão do pagamento de progressões e gratificações;
- 7) Vedação da criação de cargos, empregos e funções ou alteração da estrutura de carreiras;
- 8) Destruição da previdência social;
- 9) Aumento da contribuição previdenciária social para 14%;
- 10) Fim das licenças prêmio, sabática e os quinquênios;
- 11) Cortes no orçamento social;
- 12) Suspensão de aumento real para as despesas de custeio e redução, em pelo menos 10% das despesas com cargos de livre provimento;
- 13) Implementação de programas de desligamento voluntário de servidores públicos;
- 14) Mudanças na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Contamos com seu apoio para a defesa dos serviços públicos de qualidade para a população e dos direitos da classe trabalhadora. Diga Não ao PLP 257!

Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais
SCS Quadra 2 Ed. São Paulo – Sala 517 – Telefone: (61) 3321-2224
Cep.: 70.317-900 – Brasília/DF